

PT: dos descaminhos do reformismo à impotência política

Ronaldo Gaspar*

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante.

Karl Marx & Friedrich Engels, *A ideologia alemã*.

Resumo:

Partindo da constatação de que o atual recrudescimento do conservadorismo não é casual, mas está intrinsecamente relacionado aos limites estruturais nos quais esbarra o avanço da democracia num capitalismo de via colonial, busca-se fornecer elementos para entender como o Partido dos Trabalhadores (PT) reiterou a secular dificuldade da esquerda brasileira em compreender esses limites e, assim, organizar as massas trabalhadoras para a ação política autônoma, apostando, sob diversas formas, em ações de conciliação subalterna com a “burguesia nacional” como meio de efetivar a resolução dos mais graves problemas do país.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Brasil; via colonial; reformismo; conservadorismo.

PT: From Misguided Reformism to Political Impotence

Abstract:

Departing from the observation that the current resurgence of conservatism is not an accident, but rather is intrinsically related to the structural limits that face the advance of democracy in a capitalist system of colonial origins, this article presents evidence for understanding how the Workers' Party (PT) reiterated the longstanding difficulty of the Brazilian left to understand those limits and, consequently, to organize the working masses for autonomous political action, betting, in different ways, on conciliation with the “national bourgeoisie” as a way to solve the country's most serious problems.

Keywords: Workers' Party; Brazil; colonial path; reformism; conservatism.

O Brasil vive uma das maiores crises de sua história. Dragão de múltiplas cabeças, essa crise tem suas determinações fundamentais na economia e na polí-

* Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor de Ciência Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenador do Grupo de Estudos Marxistas (GEMARX). Londrina-PR, Brasil. End. eletrônico: rfgaspar@uol.com.br

tica. Uma profunda recessão, gigantescas manifestações de rua – que, pelo perfil de seus participantes e lemas de suas bandeiras, lembram as inglórias “Marchas com Deus, pela família e pela liberdade” – e *impeachment* da Presidenta da República têm provocado convulsões no país. Com intensidade crescente, a crise tem ocorrido desde a segunda metade do primeiro mandato de Dilma Rousseff, que, por sinal, é o quarto mandato seguido do Partido dos Trabalhadores (PT). Portanto, num período em que o país tem sido governado por uma coalizão que tem como principal agremiação um partido que, talvez mais por suas origens do que pelas políticas públicas que tem implementado, é mundialmente identificado com a esquerda e suas causas populares. Por este e outros motivos – como chafurdar no pântano da corrupção e, como neófito ávido, mas indesejado na partilha dos recursos, ser duramente denunciado e perseguido por isso –, poucos governos brasileiros foram objeto de tanta animosidade e ódio em estratos das classes médias quanto os governos petistas¹. Nem mesmo os aplausos das classes dominantes para as políticas de incentivo à economia amenizaram as grotescas ofensas dirigidas não apenas aos respectivos desempenhos na atividade presidencial, mas, sobretudo, diretamente às pessoas de Lula e Dilma².

Não se trata aqui de identificar formas, conteúdos e padrões dessa violência simbólica de orientação ideológica reacionária, mas de refletir sobre *alguns* dos motivos pelos quais, embora tão criticados pelos partidos de extrema-esquerda e movimentos populares mais combativos pelo colaboracionismo de classes, insuficiência de suas políticas públicas e, muitas vezes, práticas bastante lesivas aos interesses dos trabalhadores³, os governos petistas atraíram para si o ódio das classes médias e lançaram água no mais do que secular moinho do conservadorismo⁴. Por que esses governos que sempre desagradaram parte da esquerda têm perdido, nos últimos anos, o frágil apoio que conquistaram da direita? Por que o repúdio das classes médias às práticas de corrupção dos petistas é muito mais intenso do que aquelas dos políticos de outros partidos? Como o próprio PT contribuiu para o recrudescimento do conservadorismo e do ódio de parcelas importantes das classes médias?

Para responder a essas questões *conjunturais*, partiremos de certos aspectos *estruturais* do capitalismo brasileiro. Isso porque, embora perfeçam um complexo

¹ Talvez, os anos finais do último mandato de Vargas e o governo Jango.

² O advento das redes sociais (Orkut, Facebook) permitiu que, por meio de uma pletera de textos, imagens e vídeos, a destilação desse ódio se fizesse livremente e em escala inaudita por todas as classes e segmentos da sociedade.

³ Contrarreforma da previdência dos servidores públicos (2003), Nova lei de falências (2005), Criação da EBSERH (2011), Lei antiterror (2015), Regra 85/95 para aposentadorias etc.

⁴ Decerto, há muitas matrizes de conservadorismo. Porém, o termo aqui é utilizado em sentido lato, ou seja, para indicar uma diversidade de ideias e posicionamentos que se opõem à ampliação ou postulam retrocessos de direitos e demonstram fortes componentes antipopulares e antidemocráticos.

de processos e relações de mútua referência – uma *totalidade objetiva* –, as disputas políticas do Brasil atual constituem o momento presente de uma formação social que, estruturada sob a regência do capital, teve (e tem) o seu desenvolvimento marcado pelas severas restrições econômicas e políticas do capitalismo subalterno e dependente⁵. Correlacionada a isto, a crise brasileira atual, embora tenha componentes internos, não é puramente endógena, mas, sob forma peculiar, um momento/aspecto da crise e da ofensiva global do capital contra os trabalhadores. Portanto, a incompreensão/rejeição das particularidades (históricas e estruturais) do nosso capitalismo não poderia deixar de ter consequências sobre a orientação política do Partido dos Trabalhadores e, com isso, para a difícil situação na qual este se encontra.

A via colonial e as ilusões do politicismo

Sob forte inspiração em Lênin e Lukács, mas também num sentido muito próximo das análises do velho Florestan e outros marxistas brasileiros, J. Chasin expôs com muita precisão aquilo que denominou a “via colonial” de objetivação do capitalismo brasileiro. Constituinte, engendrando e nutrindo-se da “miséria brasileira” – objetiva e subjetiva –, a via colonial, “em uma de suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência do processo revolucionário constituinte” (Chasin, 2000: 220). Portanto, um modo de ser do capitalismo cujas classes dominantes são incapazes de dar existência a (ou, quiçá, conviver com) instituições democrático-burguesas plenamente desenvolvidas e, condição para estas, a uma economia que seja capaz de elevar substancialmente o padrão de vida das massas populares. Eis então que, em razão dessa via de objetivação, o capitalismo brasileiro tenha como principais características: industrialização hipertardia, dependência financeira e tecnológica, presença do latifúndio agroexportador, superexploração da força de trabalho, estado autocrático e, como corolário, a avassaladora pobreza material e cultural das massas populares do campo e das cidades.

A evolução nacional é reflexa, desprovida verdadeiramente de um centro organizador próprio, dada a incompletude de classe do capital, do qual não emana nem

⁵ Sobre isso, inclusive, não nos parece supérfluo lembrar que, nas sociedades capitalistas, o estado, independentemente de sua forma, é sempre uma “ditadura da burguesia” (Lenin, 1982: 44). Portanto, democrático ou ditatorial, a sua condição de guardião-mor da ordem social não se altera e, ao limite, é sempre instituição política “conservadora”. Isso não significa que, sob certos aspectos e circunstâncias – relativas à conjuntura histórica, lutas de classes etc. –, o estado não possa incorporar demandas econômicas e políticas dos trabalhadores ou organizar-se (ou sendo organizado/estruturado) de modo mais ou menos democrático, mas simplesmente que os limites de funcionamento do estado burguês são os da sociedade capitalista, seja isto nos países periféricos ou nos centrais (basta lembrar do fascismo).

pode emanar um projeto de integração nacional de suas categorias sociais, a não ser sob a forma direta da própria excludência do progresso social, até mesmo pela nulificação social de vastos contingentes populacionais (Chasin, 2000: 221).

Nessa formação social, há enorme suscetibilidade aos espasmos das economias centrais e, também, maior instabilidade socioeconômica e política. E como, nessas condições, a aguda pobreza das massas populares é inevitável, a democracia só pode ser restrita e superficial. Por isso, quando comparado aos seus congêneres dos países centrais – com maior estabilidade socioeconômica e democracia mais ampliada –, o estado brasileiro tem que expor com muito maior frequência e abrangência a sua condição de braço oficial dos interesses das classes dominantes, abandonando o aparente *universalismo político* do “estado de direito” e explicitando o *particularismo de seus fundamentos sociais*. Daí que, numa condição política similar àquela de muitos outros países periféricos,

tanto o *bonapartismo* como o *conservantismo civilizado* não são mais do que formas distintas do mesmo poder autocrático das classes dominantes brasileiras, que desconhecem e estão impedidas de conceber e exercitar a forma menos perversa de sua dominação, que é a democracia de classe dos proprietários (Chasin, 2000: 153).

Como fundamento disso, tem-se um “capital incompletável” e subalterno em sua reprodução e, como suas *personas*, classes de proprietários objetiva e subjetivamente incapazes de assumir as bandeiras da revolução burguesa. Eis que, por sua vez, esse modo de objetivação do capitalismo deu origem a um proletariado que não se construiu medindo esforços com os revolucionários de outrora – agora, ultrapassados pelo curso da história –, mas com uma classe de proprietários que, desde o berço, foi inebriada pelos ares da contrarrevolução. Ou seja,

a crítica prática e teórica dos trabalhadores, aqui, não principiou por onde os proprietários haviam concluído. Estes não só não haviam terminado como não podiam *terminar* nunca. E a esquerda bracejou no abismo do inacabamento do capital, convertida em empreiteira de uma obra por finalizar. Obra que, sob a mesma planta, jamais poderia ser sua (Chasin, 2000: 159).

Durante boa parte do século XX, porém, sob influência do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e de intelectuais reformistas de outras matrizes teóricas (por exemplo, Celso Furtado), os principais representantes ideológicos, políticos e sindicais dos movimentos dos trabalhadores cultivaram a ideia de que, por conta própria ou sob forte pressão das classes trabalhadoras, a fração nacional da burguesia brasileira poderia, por outros caminhos, cumprir algumas das tarefas

das burguesias dos países de via clássica⁶. De acordo com Florestan Fernandes, setores da burguesia, pequeno-burgueses e até “correntes do pensamento propriamente revolucionário” partilhavam a ilusão de que “as forças acumuladas do capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a autonomização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à burguesia nacional (através de e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrática nacionalista” (Fernandes, 2014: 252). Sob denominações e inspirações diversas, tratava-se, de modo geral, da ideia de constituir um “capitalismo autônomo”. Um capitalismo capaz de romper com as cadeias externas (financeira, tecnológica) e engendrar, a partir de si mesmo, os móveis fundamentais do desenvolvimento econômico – especialmente, um grau elevado de industrialização. Porém, como se sabe, embora incompleta e dependente, a industrialização ocorreu, mas o “capitalismo autônomo” e suas supostas virtudes jamais se realizaram.

No mais, derrotados pela ditadura varguista nas lutas independentes de sua fase juvenil, os trabalhadores, como caudatários de frações da burguesia nacional nas lutas pelas *reformas de base*,⁷ também sofreram, de modo muito mais duro e com consequências muito mais extensas do que para estas, a derrota para os “contrarrevolucionários preventivos” de 1964. Em oposição às reformas de caráter popular vieram os “anos de chumbo”: a brutal repressão aos trabalhadores, a perseguição aos opositores, o arrocho salarial, a concentração da riqueza e a caótica urbanização, além de muitos outros problemas (Netto, 2014; Mello, Novais, 2009).

Na transição dos anos 1970-80, em meio à emergência das lutas sindicais dos operários do ABC paulista contra o arrocho salarial, os trabalhadores, que colocaram em xeque a continuidade da ditadura civil-militar, tiveram a oportunidade de protagonizar uma luta em prol da democracia que ultrapassasse os quadros do legalismo autocrático que nos é característico (Chasin, 2000). No entanto, por motivos diversos, dentre os quais a não compreensão adequada da profunda

⁶ Os países de via clássica foram pioneiros no processo de industrialização e, como se sabe, na configuração dos modernos estados democrático-burgueses. Neles, a industrialização ocorreu num contexto histórico-social em que a classe burguesa já havia ascendido econômica e politicamente; portanto, já havia tornado o estado um instrumento fundamental na constituição e na consolidação das condições necessárias ao desenvolvimento industrial, mesmo quando não se colocou à sua testa, tal como na Inglaterra e nos governos monarquistas e bonapartistas na França. Por isso, neles, os processos de objetivação do capitalismo foram “mais coerentes, mais congruentes ou consentâneos, a nível de sua própria totalidade, enquanto totalidade capitalista, na qual as diversas partes fundamentais imbricam entre si e em relação ao todo de forma mais amplamente orgânica, de maneira que o real se mostra como *racional*, a nível da máxima racionalidade historicamente possível” (Chasin, 2000: 43).

⁷ “Estas reformas, evidentemente, não visavam ao socialismo. Eram reformas democrático-burguesas e tendiam a viabilizar o capitalismo brasileiro, embora sobre outros alicerces, arrancando-o do atraso e dando-lhe maior autonomia” (Bandeira, 1977: 164).

articulação entre as demandas econômicas e políticas – talvez, um dos efeitos negativos da precária ou inexistente formação marxista de suas lideranças –, as lutas, embora tenham conquistado algumas vitórias parciais, desaguaram no seio do politicismo⁸. Segundo Lincoln Secco (2011: 128),

A Assembleia Nacional Constituinte galvanizou as esperanças radicais da sociedade que se viram canalizadas institucionalmente por uma constituinte congressional e não exclusiva. A formação do “centrão”, grupo majoritário de deputados que resistiam às mudanças, acabou por criar uma Constituição que, entre outras mazelas, manteve a tutela militar sobre o poder civil.

Em razão disso, para os trabalhadores, as consequências positivas mais explícitas – embora ainda bastante frágeis, instáveis – daquela década de lutas foram certos direitos civis, políticos, trabalhistas e de seguridade social inscritos no texto constitucional⁹. No campo da organização sindical e política, a construção do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores), não sem controvérsias, constituíram marcos importantes. Mas, apesar das lutas, ao invés da construção de uma plena democracia burguesa – que, em nosso caso, só poderia ser impulsionada e vertebrada pelo movimento do trabalho no exercício de suas lutas pelo socialismo (escopo primordial) –, tivemos a “transição transada” (Chasin, 2000), a articulação pelo alto que resultou num regime que jamais acertou as contas com as estruturas, instituições e agentes da ditadura, pois, de políticos a torturadores, muitos continuaram, nas décadas seguintes, a participar naturalmente da vida política (Cunha, 2010; Zaverucha, 2010). Eis, portanto, em grandes traços, o malogro de nossas “janelas de oportunidades” para a realização das tarefas democráticas abandonadas – ou nunca assumidas – pela burguesia brasileira.

Desgraçadamente, por suas ilusões politicistas, as forças hegemônicas do petismo não compreenderam ou jamais aceitaram que o *grosso* de nossa burguesia nunca assumiu (e nunca poderá assumir ou suportar) a plenitude de direitos econômicos, sociais e políticos concernentes aos de uma democracia burguesa consolidada. Devido às suas fragilidades econômicas intrínsecas – agravada com a intensa “associação de capitais” após a década de 1950, que “desnacionaliz[ou]

⁸ “O *politicismo*, entre outras coisas, fenômeno antípoda da politização, desmancha o complexo de especificidades, de que se faz e refaz permanentemente o todo social, e dilui cada uma das ‘partes’ (diversas do político em pseudopolítica. Considera, teórica e praticamente, o conjunto do complexo social pela natureza própria e peculiar de uma única das suas *especificidades* (política) que o integram, descaracterizando com isso a própria dimensão do político, arbitrariamente privilegiada” (Chasin, 2000: 123).

⁹ É necessário frisar isso porque muitos desses direitos resultaram de reações que impediram conquistas maiores ou, então, foram amplamente violados em sua regulamentação/efetivação ou pela ausência desta.

definitivamente a burguesia local” (Marini, 2014: 62) –, reformas substanciais podem ser uma ameaça à sua dominação de classe.

O desenvolvimento capitalista integrado reforça o divórcio entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração a que estão submetidas e negando-lhes a reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho /.../ A superexploração do trabalho em que se funda [o capitalismo latino-americano e, claro, também o brasileiro] o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo (Marini, 2014: 62-3).

Por isso, dependendo da conjuntura e da correlação de forças entre as classes, qualquer liberal reformador torna-se, entre nós, um socialdemocrata e, qualquer socialdemocrata, um comunista¹⁰. Igualmente, em razão de condicionantes objetivos e demandas egoísticas conexas, relativos à ampliação da acumulação de capital e/ou à sua própria sobrevivência, o limite do seu progressismo encontra-se em suas frações mais expostas à – e ameaçadas pela – sanha do capital internacional, do imperialismo. Nesse contexto, a efetivação de alianças com as classes e/ou frações de classes subalternas vai somente até onde estas possam, nas esferas econômica e política, em razão de objetivos tópicos comuns, “fazer o serviço para elas”. Mas, obviamente, desde que isso não afete os interesses de sua fração hegemônica – atualmente, o capital financeiro. Passada a (rara) conjuntura favorável que permite certas conciliações entre classes antagônicas e suas frações – i.e., comparadas a outros momentos, que sejam mais favoráveis às classes trabalhadoras –, tais alianças já não mais condizem com seus interesses e, assim, se esfumaça o progressismo tímido e acovardado dessa fração burguesa. No Brasil atual, é justamente o esgotamento de uma frágil aliança dessa natureza que fez soçobrar os apoios político-partidários e institucionais (por exemplo, FIESP, OAB) ao governo de Dilma Rousseff (Boito Jr, 2012).

Em razão da via colonial de objetivação do capitalismo, portanto, os sentimentos fortemente *antidemocráticos* e *antipopulares* que perpassam as classes dominantes brasileiras e impregnam toda a ordem social, especialmente as classes médias, têm profundas raízes sociais. Eles não são veleidades subjetivas de

¹⁰ Desse modo, o fato de muitos identificarem petistas com comunistas não é somente uma incompreensão política ou sujeição a uma enganação deliberada, mas tanto o resultado das origens – operárias –, uso de termos e presença de alguns indivíduos/tendências marxistas no partido quanto, também, a expressão subjetiva dos limites objetivos de uma burguesia incapaz de fazer e aceitar as reformas democráticas efetivas.

indivíduos ou grupos específicos, equivocados em suas visões do mundo – as quais poderiam ser superadas por meio da *educação* intra e extraescolar –, mas manifestações ideológicas objetivamente assentadas nas estruturas socioeconômicas capitalistas e, com mais intensidade, em suas expressões subalternas, periféricas. Em síntese, longe de ser uma novidade histórica ou equívoco da consciência, o conservadorismo é uma manifestação ideológica de fortes lastros objetivos; por isso, não pode ser eliminado, *à la* Feuerbach, por mutações na esfera das consciências. Daí que, sob formas diversas, a depender do curso da história e da dinâmica das lutas de classes, ele se manifeste com maior ou menor intensidade e abrangência em indivíduos, grupos e classes sociais.

PT: moralismo e o “reformismo fraco”

Se o conhecimento das características da via colonial permite uma compreensão mais adequada dos fundamentos do conservadorismo das classes dominantes brasileiras – e, por extensão, de outras classes sociais –, ele, por si, não nos permite dizer porque temos observado a sua revitalização nos últimos anos. E, quanto a isso, há muitos motivos: socioeconômicos, políticos e ideológicos; nacionais e internacionais. Um fato notório, porém, é que essa revitalização tem ocorrido ao longo da vigência de governos liderados pelo PT e, de certo modo, em combate a eles.

A nosso ver, essa relação com os governos petistas não é mera coincidência, assim como não o é o fato de que o PT tem sido o alvo político privilegiado das hostes conservadoras. Isso porque, em meio à manutenção do neoliberalismo no âmago da política econômica – privatizações, metas de inflação, controle monetário etc. –, houve, durante algum tempo, certa distribuição de renda em favor dos estratos mais pobres da população, aumento real do salário mínimo, políticas afirmativas, programa habitacional massivo, ampliação de direitos civis. Isso afetou interesses diversos e arraigados valores meritocráticos das classes médias – especialmente de seus estratos mais tradicionais –, que, junto com a identificação (real ou fictícia) do PT com causas populares e, para muitos, com o comunismo, acabou intensificando muito a sua animosidade contra o partido, seus simpatizantes e, por extensão, a esquerda em geral¹¹. E, não bastasse isso, além de suas *virtudes* reais ou supostas, o PT e seus governos contribuíram – e têm contribuído – com o recrudescimento do conservadorismo também por

¹¹ Deliberadamente, em razão do escopo do artigo, deixamos de lado outros tantos aspectos/processos que contribuíram para a crise petista, tanto relativos às ações do partido no campo das políticas públicas (economia, direitos etc.) quanto aqueles que resultaram das baterias críticas que, à direita e à esquerda, se voltaram contra ele.

suas *vicissitudes*, como o efetivo envolvimento de muitos de seus parlamentares e dirigentes com práticas de corrupção.

Esses são aspectos importantes da crise do partido. Mas, para tratar deles, comecemos por lembrar que uma das principais características do PT é que, em toda a sua trajetória, ainda que travestido da radicalidade operário-sindical em suas origens, ele nunca foi um partido propriamente socialista. Sem dúvida, a palavra socialismo apareceu e ainda aparece em certos documentos do partido, mas, de fato, “a luta direta pelo socialismo nunca foi colocada na ordem do dia” (Secco, 2011: 94). Em outras palavras, nele, tática e estratégia nunca estiveram articuladas em prol desse objetivo. Desde o início, “os petistas afirmavam o socialismo num horizonte distante enquanto defendiam um “programa para a democracia”” (Secco, 2011: 37). Seus principais dirigentes não eram marxistas, o tinham abandonado ou, então, eram adeptos de suas versões abrandadas, como o eurocomunismo. Por conta da influência de algumas tendências de extrema-esquerda e militantes da esquerda armada, certos elementos do “jargão” marxista se fazem presentes nas discussões internas e em documentos petistas, especialmente em seus dez primeiros anos, mas “a importância dos marxistas no PT sempre foi maior na disputa interna do que na externa (especialmente quando esta disputa se reduzia às eleições)” (Secco, 2011: 49).

Onze anos depois de sua fundação, em seu primeiro congresso, que ocorreu sob o impacto da queda do Muro de Berlim e da *débâcle* dos países do leste europeu, as discussões tergiversaram sobre a relação do partido com o socialismo, deixando-a indefinida¹², mas resolveu-se regulamentar definitivamente o direito de organização das tendências – basicamente, as que incomodavam a direção majoritária eram as de extrema-esquerda –, que foram proibidas de ter sede e jornal próprios. Essa regulamentação resultou, pouco tempo depois, na expulsão da Causa Operária e da Convergência Socialista (Secco, 2011: 155). O que, na prática, não alterou muito o modo como o partido se apresentava no debate político, sobretudo nos períodos eleitorais, pois, desde sempre, “a Articulação é o corpo real do PT” (Chasin, 2000: 261). Portanto, “seu domínio, enquanto tal, é a legítima realidade de uma postulação político-ideológica que nasceu sob a égide da *reinvenção do mundo como ilusão de partido*, e desse modo amparada no direito perversor de ser o espaço cativo do antimarxismo militante”. Enfim, da displicência à hostilidade, o marxismo nunca foi matriz ideológica fundamental

¹² “Em sua perplexidade, sem ser capaz de emitir uma nota significativa, a voz do PT sobre o socialismo é um sopro acanhado, que alude sem eira nem beira à mais batida e raquítica das promessas, um futuro bom, remoto e sem fisionomia, o equivalente às mais esgarçadas e ritualistas remissões aos céus, muito menos até do que o mais simplório doutrinário de cartilha” (Chasin, 2000: 261).

para a construção programática e a orientação da prática política petista.

Num luminoso texto escrito em 1982, Chasin, com precisão, identificou um aspecto fundamental das confusões que viriam atravessar a história do PT, tão criticado pela direita por seu radicalismo quanto, pela esquerda, por seu colaboracionismo e plena adaptação às estruturas do estado e da sociedade burguesa:

a curta história do PT é a história de um desencontro, ou talvez seja melhor dizer de um encontro infeliz. O encontro desafortunado entre o que de melhor e mais autêntico emergiu do movimento operário no pós-64, e da figura mais brilhante do sindicalismo brasileiro - Lula, com um produto ideológico de baixa qualidade, uma espécie de “resíduo calcinado” da crise ideológica dos nossos tempos (Chasin, 2000: 139).

E mais, descreveu as concepções políticas predominantes no PT como um confuso amálgama de ideias, uma espécie de “liberal-radicalismo entrelaçado com as formas mais banais e descarnadas do pensamento anarquista” (Chasin, 2000: 139).

Depois, analisando o contexto histórico e os partidos nas eleições de 1989, o filósofo mostrou como os dirigentes petistas confundiam *movimento sindical* com *movimento operário*, posto que, envolto no mito do *espontaneísmo* e do *basismo*¹³, operavam politicamente de modo a converter o “partido dos trabalhadores” em “canal de pressão política” ao invés de torná-lo instrumento organizador da luta por transformações sociais estruturais, mesmo que circunscritas ao “universo do capital”. Em sua justa busca de diferenciação sindical com o peleguismo oficial e, política, com as práticas estalinistas e similares, as lideranças do PT não conseguiram elevá-lo a partido dirigente do movimento do trabalho para a consecução das *tarefas democráticas* (por aqui, só podem ser efetivadas pelos trabalhadores) – que, como se sabe, passa por uma plataforma econômica alternativa –, mas, “posto entre viabilizar-se pela rota do movimento de massas ‘ou’ através da via eleitoral, não foi capaz de somar e articular os dois caminhos e acabou por embarçar-se, até à alma, apenas no jogo eleitoral, soçobrando às exigências deste” (Chasin, 2000: 140).

Em 1992, participando do movimento que defendeu o impeachment de Fernando Collor de Mello, o PT não destacou sua posição em contraste com a das tradicionais oposições burguesas. Com isso, ao invés de articular os movi-

¹³ “Resulta de tudo uma obsessão pelas formas de organização e procedimento. Tudo passa a girar em torno disto: importa mais *como se faz* do que *aquilo que se faz*; ao limite, o conteúdo é a forma, mesmo porque o conteúdo é suposto como partogeneticamente secretado pelas massas. Confunde-se força, ação, interesse e testemunho, que as massas podem e, de fato, oferecem, com as carências que elas próprias sentem de orientação, esclarecimento e condução” (Chasin, 2000: 139).

mentos sindicais e populares e suas lutas econômicas contra a política neoliberal e, principalmente, contra um modo de estruturação do capitalismo brasileiro que impedia tanto a construção da democracia quanto, fundamento daquela, a superação da pobreza das massas, aderiu acriticamente à campanha pela “ética na política” e aos efeitos da política neoliberal (Martuscelli, 2010). Na verdade, quanto mais tempo passou e mais se afastou do heroico impulso do movimento sindical que lhe deu origem, mais o PT se embrenhou nas malhas do politicismos e, com isso, teve dificuldade de diferenciar suas ideias e práticas de governo (municipais, estaduais) daquelas de seus adversários políticos. De acordo com Eliel Machado (2009: 27),

pode-se dizer que quase todas as candidaturas presidenciais de 2002 eram, em certa medida, muito parecidas, desde as “oposicionistas” (Lula, Ciro Gomes e Garotinho) até a “continuista” (José Serra). Destas, nenhuma propunha, por exemplo, instituir uma auditoria da dívida externa e interna, rever os contratos internacionais, limitar os lucros exorbitantes do sistema financeiro internacional. Ao convergirem para o pragmatismo administrativo, elas se diferenciavam apenas no “varejo”.

Nesse processo de adaptação à ordem burguesa – e, temos que dizer, às suas benesses para poucos (cargos, *status* e, quiçá, dinheiro angariado nas entranhas do estado e nas relações deste com empresas) –, as lideranças petistas, com uma auréola de distinção inexistente em qualquer um dos outros grandes partidos – notoriamente envolvidos em práticas de corrupção –, defendiam com veemência a bandeira da ética na política. Quanto mais pálido ficava o reflexo da radicalidade das lutas operárias de outrora e burocratizadas as instituições sindicais que o apoiavam, mais aquela bandeira subia no panteão das ideias políticas do partido e, com ela, o apoio de estratos importantes das classes médias. Consolidava-se assim, no PT, um dos mais perversos mitos socialdemocratas: o mito da neutralidade classista do estado e, conexo, o da imparcialidade jurídica (Marx, 2010). Em ambos os casos, o resultado foi que a forma se sobrepôs ao conteúdo, reforçando a – inequivocamente influente – falácia segundo a qual o *bom político* é o *político bom*, honesto. E, quanto a isso, a ausência das reivindicações/propostas econômicas das manifestações das classes médias é uma expressão contumaz da moralização e do rebaixamento do debate político, que culmina noutra falácia – também alimentada pelo PT –, segundo a qual, além da retidão moral, basta “vontade política” para agir em favor do Brasil – palavra mágica sob a qual desaparecem as classes e as contradições que opõem interesses e, queiramos ou não, dividem o país.

Nos anos e décadas seguintes, a trajetória do PT foi de rápida acomodação às instituições do estado burguês e de dependência crescente de recursos advindos

de seus parlamentares e do fundo partidário¹⁴. Se nas eleições de 1989, por intermédio do presidente do grupo Moinho Pacífico, Lawrence Pih, a candidatura Lula já tinha contado com a ajuda de empresários, “a partir de 1994 (com a permissão da nova lei eleitoral), o PT passou a receber vultosos recursos das empresas privadas para campanhas eleitorais e criou laços com inúmeros capitalistas” (Secco, 2011: 107). Numa trágica coincidência com os dias atuais, ainda naquele ano, José Dirceu foi acusado por César Benjamin de ter recebido “doações vultosas” da Odebrecht. Sobre o assunto, eis o comentário de Lincoln Secco (2011: 175-6): “o PT pareceu muitas vezes ter herdado a técnica do leninismo sem os seus valores, o que deriva do fato de muitos dirigentes da máquina partidária terem sido revolucionários na juventude”. Talvez, ficaria mais justo dizer “a técnica do estalinismo” e, também, que seus dirigentes foram membros de organizações “autodeclaradas” revolucionárias. Portanto, com o esclarecimento de que certos fins não eram atingíveis ou não deveriam ser mirados – como, por exemplo, o socialismo –, os meios (da ação política), que talvez já estavam se transformando e modificando aqueles, também se tornaram passíveis de profundas modificações.

De qualquer modo, numa longa e complexa história de inconsistências teóricas e práticas, sobressai a dificuldade – que, com o tempo, se tornou ainda mais aguda – do partido apresentar uma *plataforma econômica alternativa* (da perspectiva dos trabalhadores), passando a depender cada vez mais de uma *propostas políticas alternativas*, que, sem aquela, a despeito de alguns efeitos pontuais positivos, só poderiam levar à precária e desidratada institucionalização de ideias e práticas liberais: governo paralelo, orçamento participativo, ampliação dos direitos civis das minorias.

Num contexto histórico de avassalador domínio do neoliberalismo e de naturalização inquestionável da sociedade burguesa – contribuíram para isso, externamente, a queda do leste europeu e da URSS e, internamente, a estabilização inflacionária promovida pelo Plano Real –, o PT intensificou suas ideias sobre intervenção governamental em aspectos francamente secundários da ordem social e, na organização do estado, em políticas públicas cabíveis e manipuláveis nos estreitos limites de um capitalismo com forte predomínio dos interesses do capital financeiro. Por mais à esquerda ou heterodoxas que fossem, sobretudo para uma burguesia atavicamente conservadora/reacionária, suas ideias econômicas e

¹⁴ Segundo Lincoln Secco, no II Encontro Nacional do PT, ocorrido em 1982, foi definido que o parlamentar petista “deveria ceder assessores de seu mandato para tarefas partidárias e pagar 30% de seus vencimentos líquidos como contribuição partidária”. Para o historiador, “esta decisão foi importante porque selou a dependência financeira do PT face ao estado. Desde então, a maior parte do financiamento legal do partido proveio do Fundo Partidário e de contribuições estatutárias (de parlamentares, assessores e mandatários de cargos executivos). Só uma parte insignificante e declinante provinha dos filiados” (Secco, 2011: 75).

políticas sempre foram matrizadas pelo liberalismo. Portanto, nessas condições, desprovido de uma compreensão adequada das estruturas socioeconômicas do capitalismo de via colonial e de uma plataforma econômica para vertebrar a luta política – em suma, enredado no politicismo –, não causa estranhamento algum o fato de, ao não encontrar orientação para sua atuação na “poesia do futuro” do movimento do trabalho – que, diga-se, somente o marxismo pode fornecer –, os petistas tenham ido ao passadista canto de sereia da burguesia nacional – o projeto desenvolvimentista (Boito Jr., 2005; Castelo, 2011; Almeida, 2015, Antunes, 2015). Sob a perspectiva das demandas de construção da democracia efetiva – socioeconômica, política e cultural –, que ultrapassa os limites da mera “autocracia institucionalizada” (Chasin, 2000), sucesso eleitoral e fracasso político não apenas caminham juntos, mas se reforçam (Martins, 2016: 142-4). E mais, em sua complexa dialética, os meios se tornaram tanto mais espúrios quanto mais os fins se tornaram limitados. Por isso, enquanto conseguiu sustentar suas etéreas bravatas politicistas sobre a ética na política em prol de um limitadíssimo desenvolvimentismo – uma espécie de “reformismo fraco” –, as negava sorrrateiramente na atividade política real que sustentava suas malfadadas alianças. Quando, com o escândalo do “mensalão”, aquelas bravatas perderam o encanto, especialmente para as classes médias, o partido se libertou dos pendores moralistas para, com seus aliados de ocasião, chafurdar como nunca dantes no pântano da corrupção.

Retomando o fio da meada, importa destacar que, quando teve a oportunidade de dirigir os trabalhadores para a consecução de tarefas verdadeiramente democráticas (na década de 1980), o PT sucumbiu ao politicismo. Consequentemente, quando, em razão do refluxo do movimento do trabalho (e outras transformações sociopolíticas), essa oportunidade declinou, a substituição da *força social* dos trabalhadores pela *frágil política* institucional tornou-se, ao fim e ao cabo, em razão dos caminhos teóricos e práticos trilhados, praticamente um imperativo. Nesse percurso, ao invés de força estruturante e estruturadora das massas trabalhadoras, o PT tornou-se um poderoso instrumento de sua desorganização – diriam alguns, de sua despolitização. Por conseguinte, não é casual que, quando teve que enfrentar o golpismo institucional do oposicionismo burguês – que, sob o empuxo das manifestações moralizadoras e conservadoras das classes médias, empunhou de modo sobremaneira hipócrita e desajeitado o bastão da luta contra a corrupção –, os petistas se deram conta de que o “rei tinha poucos súditos” e, os que tinha, eram incapazes de lhe sustentar o trono.

Considerações finais

Diante disso, o PT tanto se encontra enredado nas garras do moralismo que

incentivou quanto desarmado pelo “reformismo fraco” que, ao limite, amparou os mais pobres *pele* estado num processo em que, simultaneamente, os trabalhadores em geral foram “deseducados” na luta *contra* o estado; estado que, dentre outros modos, amorteceu conflitos absorvendo quadros/lideranças dos sindicatos e movimentos sociais. E mais, como um dos principais resultados desse processo de burocratização/degeneração petista, toda a esquerda – sobre a qual recai a sombra do petismo – e as massas trabalhadoras – incluindo parte das classes médias que ocuparam as ruas – estão sofrendo as consequências socioeconômicas, políticas e culturais do recrudescimento do conservadorismo. Por conseguinte, para recompor a esquerda e, com ela, renovar as esperanças da construção de um Brasil melhor para/pelos produtores da riqueza social – os trabalhadores –, só resta aquela saída que, lá atrás, sob inspiração das melhores tradições do marxismo, ao tratar dos conflitos que permearam a independência do país e a constituição do estado nacional, Caio Prado (s/d) nos ensinou: a luta.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2015). Neonacional-desenvolvimentismo e relações de classes nos governos Lula. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 19, n. 35.
- ANTUNES, Ricardo (2015). Fenomenologia da crise brasileira. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol. 19, n. 35.
- BANDEIRA, Moniz (1977). *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BOITO JR., Armando (2005). A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*. Campinas, n. 21.
- _____ (2012). As bases políticas do neodesenvolvimentismo. *Fórum de Economia – FGV / São Paulo*. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2016.
- CASTELO, Rodrigo (2011). *O social-liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. Tese de doutorado (Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- CHASIN, José (2000). *A miséria brasileira – 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem.

- CUNHA, Paulo Ribeiro. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.) (2010). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.
- FERNANDES, Florestan (2005). *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo.
- LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov (1983). *O estado e a revolução*. São Paulo, Hucitec.
- MACHADO, Eliel (2009). Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21/22.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Org.) (2011). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____ (2013). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular.
- MARTINS, José (2016). *Do PT das lutas sociais ao PT do poder*. São Paulo: Contexto.
- MARTUSCELLI, Danilo (2010). O PT e o impeachment de Collor. *Opinião Pública*. Campinas, vol. 16, n.2.
- MARX, Karl. Glosas críticas ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2010). *Luta de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo.
- MELLO, João M. C., NOVAIS, Fernando (2009). *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2. ed. São Paulo, Unesp/Campinas, Facamp.
- NETTO, José Paulo (2014). *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez.
- PRADO Jr., Caio (s/d). *Evolução política do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense.
- SECCO, Lincoln (2011). *História do PT*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial.
- ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.) (2010). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo.